

ISSN 000-0000

BOLETIM DE CONJUNTURA **MERCADO DE TRABALHO** 2º TRIMESTRE DE 2015

Governo do Estado da Bahia

Rui Costa

Secretaria do Planejamento – Seplan

João Leão

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
da Bahia – SEI

Eliana Boaventura

Diretoria de Pesquisas – Dipeq

Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação Editorial

Armando Affonso de Castro Neto

Luiz Fernando Araújo Lobo

Elaboração Técnica

Armando Affonso de Castro Neto

Ana Maria de Sales Guerreiro

Luana Gabriela da Silva Rodrigues

Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos

Luiz Fernando Araújo Lobo

Guillermo Javier Pedreira Etkin

Coordenação de Biblioteca e Documentação – Cobi
Normalização

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações –
Codin

Augusto Cezar Pereira Orrico

Editoria-geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo

Ludmila Nagamatsu

Editoração

Marta Barreto

Revisão

Christiana Fausto

Projeto Gráfico

Nando Cordeiro

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., 435, CAB.

Cep: 41.745-002. Salvador(BA)

Tel.: (71) 3115 4822 / 3115 4786 Fax.: (71) 3116 1781

www.sei.ba.gov.br

sei@sei.ba.gov.br

2º TRIMESTRE DE 2015 **1**

CENÁRIO ECONÔMICO **1**

EMPREGOS FORMAIS **2**

MERCADO DE TRABALHO NA RMS SEGUNDO PESQUISA
DE EMPREGO E DESEMPREGO **6**

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO **9**

Expectativa dos empresários baianos para o emprego **9**

Projeção do emprego formal **10**

APÊNDICE **12**

NOTAS METODOLÓGICAS **17**

Pesquisa de confiança do empresariado baiano **17**

Projeções do mercado de trabalho formal **17**

2º TRIMESTRE DE 2015

O acompanhamento da evolução conjuntural do mercado de trabalho baiano, utilizando o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS) e a Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano como fontes de informação, aponta a piora desse cenário na primeira metade do ano e frustra qualquer expectativa de retorno, ainda em 2015, ao ritmo de contratação em curso dos últimos anos.

Até o momento, os dados apontam para a continuidade de esfriamento do mercado de trabalho formal – com chances concretas de retração este ano, após longo período de expansão. As projeções realizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) vêm se confirmando e voltam a revelar tendência de fechamento de postos de trabalho no terceiro trimestre de 2015, período historicamente marcado por saldos positivos na geração de empregos com carteira assinada. Além do mais, o pessimismo quanto ao futuro, revelado pelo empresariado do Estado, corrobora a hipótese de continuidade no arrefecimento do mercado de trabalho.

CENÁRIO ECONÔMICO

Alguns indicadores da atividade econômica baiana corroboraram o desempenho insatisfatório do mercado de trabalho. A economia cresceu na Agropecuária e nos Serviços, a despeito do momento econômico adverso, mas mostrou-se recessiva na Indústria e no Comércio no segundo trimestre deste ano.

A expectativa para a safra baiana de grãos, em 2015, é de crescimento de 17,3% em relação ao que foi produzido no ano anterior, quando a produção de grãos totalizou 7,97 milhões de toneladas. Conforme Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do mês de junho, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caso confirmada a estimativa, a produção física de grãos alcançará 9,35 milhões de toneladas este ano na Bahia. Dessa forma, a produtividade dos grãos, entendida como a relação entre produção física e área colhida, deverá aumentar 4,8% para a safra do ano corrente.

A taxa de produção industrial (de transformação e extrativa mineral), no segundo trimestre de 2015, decresceu 5,1%, em comparação ao segundo trimestre do ano anterior, segundo informações da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE – sexta queda consecutiva no comparativo interanual, com o trimestre terminado em abril revelando o maior retrocesso (-12,5%). A redução no ritmo da produção industrial da Bahia (-5,1%), no segundo trimestre do ano, ocorreu tanto na indústria extrativa quanto na de transformação, com quedas de 3,0% e 5,2%, respectivamente.

Segundo Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE, o comportamento do comércio varejista revelou, no segundo trimestre do ano corrente, num confronto interanual, queda de 5,9% no volume de vendas. Na série sem ajuste sazonal, a comparação com o mesmo trimestre de um ano antes apontou queda no volume de vendas pela quinta vez seguida – porém o recuo, no trimestre encerrado em junho, foi o mais intenso entre eles.

O setor de serviços na Bahia obteve, no segundo trimestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, aumento em sua receita nominal. Conforme resultados revelados pela Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, o indicador da receita nominal de serviços revelou expansão de 3,1% na comparação interanual.

EMPREGOS FORMAIS

O saldo de empregos formais, numa análise por média móvel de doze meses, vem reduzindo, mês a mês, desde maio do ano passado na Bahia. O gráfico abaixo, construído com base nas informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, expõe um panorama que piora com o passar do tempo. O resultado dos últimos três meses aponta dinamismo significativamente menor, com número de desligamentos acima do encontrado nas contratações – deprimindo, ainda mais, o mercado de trabalho.

Como se pode observar pelo Gráfico 1, a tendência crescente na geração de empregos com registro em carteira, verificada até início de 2014, foi revertida – dando início a uma trajetória de declínio expressiva. O saldo médio, móvel de doze meses, de março de 2014 a junho deste ano, saiu de 5.155 postos gerados para 3.081 empregos formais eliminados – revelando forte queda no saldo de empregos.

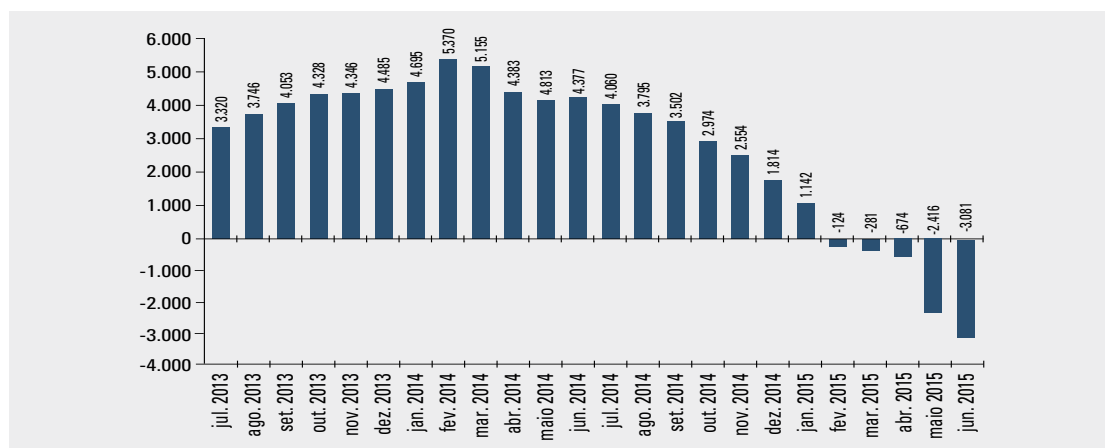


Gráfico 1

Evolução do saldo de empregos formais por média móvel de doze meses – Jul. 2013-jun. 2015

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2015.

Diferentemente de anos anteriores, o emprego formal na Bahia, em termos de saldos trimestrais, iniciou este ano revelando queda na ocupação. Nos primeiros seis meses, 24.483 empregos formais foram eliminados no estado – equivalente a 1,34% do estoque existente ao final de 2014, de 1.832.137 empregos.

Focando-se no segundo trimestre de 2015, o número de empregos com carteira assinada, conforme Gráfico 2, sofreu redução de 17.231 postos de trabalho – contração maior que a dos três primeiros meses do ano, quando o encolhimento no nível de emprego formal chegou a 7.252 postos.

Em referência ao mesmo trimestre do ano precedente, quando 16.370 novas relações empregatícias haviam sido estabelecidas, o mercado de trabalho formal, no segundo trimestre de 2015, encontra-se em situação diametralmente oposta – reforçando a ideia de uma *performance*, para 2015, bem inferior às constatadas em anos anteriores.

Dessa maneira, o trimestre que findou em junho assumiu a posição de pior segundo trimestre, em termos de saldo, dos últimos dez anos. Por sinal, os meses de abril (-527 postos), maio (-7.580 empregos celetistas) e junho (-9.124 postos), tomados individualmente, também apresentaram mínimos históricos na série de cada referido mês desde 2006.

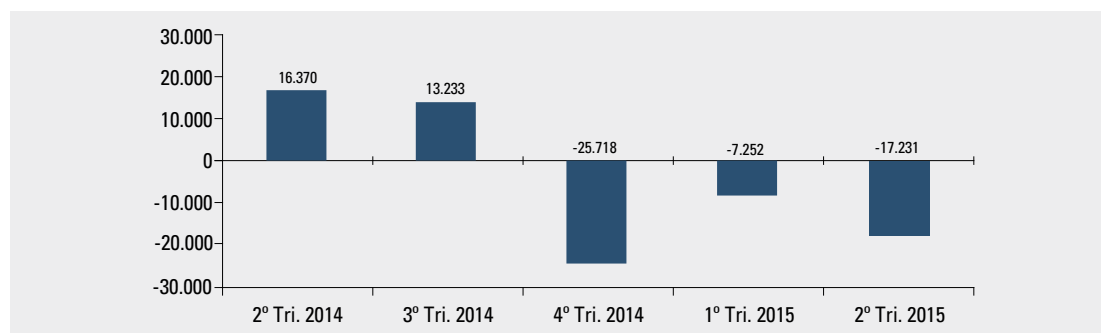


Gráfico 2
Evolução do saldo de empregos formais por trimestre – 2º tri. 2014-2º tri. 2015

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2015.

Excetuando o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

A retração no mercado de trabalho formal baiano, observada este ano, parece espalhar pelos setores – sem atingir, ainda, um quadro generalizado de contração. Enquanto no primeiro trimestre deste ano quatro setores eliminaram empregos formais, no trimestre encerrado em junho, o recuo no nível de oportunidades ocupacionais envolveu cinco dos oito setores considerados – número superior, também, ao do mesmo trimestre de 2014, quando três setores apresentaram saldo negativo.

Pelo visto, o que antes parecia restrito ao setor de Construção Civil, agora atinge setores como o de Serviços e o de Comércio. Apenas o segmento de Agropecuária vem mantendo desempenho satisfatório, no entanto insuficiente para suplantiar a perda de dinamismo imposta pelos setores supracitados.

Numa avaliação setorial, em termos de saldos trimestrais, Construção Civil e Serviços, com diminuição de 12.547 e 7.986 postos no segundo trimestre deste ano, respectivamente, foram os setores com os piores desempenhos. Os demais segmentos com queda na ocupação formal foram: Comércio, Indústria de Transformação e Serviços Industriais de Utilidade Pública. Em contrapartida, conforme Tabela 1, Agropecuária, Extrativa Mineral e Administração Pública foram os que evidenciaram expansão no período.

Tabela 1
Comportamento do mercado de trabalho formal por setor de atividade econômica na Bahia por trimestre

Setor de atividade econômica	2º trimestre de 2014	1º trimestre de 2015	2º trimestre de 2015
Extrativa Mineral	-417	-121	94
Indústria de Transformação	965	203	-534
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-321	-131	-210
Construção Civil	-6.845	-7.342	-12.547
Comércio	1.671	-4.893	-2.036
Serviços	12.869	431	-7.986
Administração Pública	329	2.580	93
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	8.119	2.021	5.895
Total	16.370	-7.252	-17.231

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2015.

Excetuando o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

No Nordeste, os nove estados apresentaram saldo negativo no trimestre encerrado em junho. O estado de Piauí, com diminuição de 108 postos de trabalho, foi o de menor perda, e Pernambuco, após o corte de 33.325 empregos formais, ficou com o pior saldo na região nordestina. A Bahia, ao eliminar 17.231 vagas no trimestre, assumiu a antepenúltima posição na região.

No *ranking* nacional, ordenado do maior ao menor saldo no período, a Bahia passou da 24ª posição, no primeiro trimestre do ano, para a 21ª no trimestre atual – um progresso relativo, proporcionado mais pelo tamanho da retração de oportunidades de trabalho verificada em outras Unidades da Federação do que propriamente por uma melhora, em si, na dinâmica de geração de empregos formais do estado.

Quanto à distribuição intraestadual, semelhantemente ao ocorrido no primeiro trimestre deste ano, apenas a Região Metropolitana de Salvador (RMS) revelou corte de vagas no segundo trimestre. No entanto, os resultados deste ano foram piores que os verificados no segundo trimestre do ano passado, quando ambos, RMS e Interior, haviam revelado aumento da ocupação com carteira assinada.

A perda de empregos formais na RMS, nos seis primeiros meses do ano, mais que compensou o aumento de postos de trabalho constatado no Interior, denunciando, assim, a área metropolitana como o epicentro da perda de dinamismo do mercado de trabalho formal no território baiano. Enquanto, somente no segundo trimestre deste ano, a RMS eliminou 19.785 empregos com registro em carteira, o Interior foi responsável pela geração de 2.554 postos de trabalho (Tabela 2).

Tabela 2
Comportamento do mercado de trabalho celetista baiano entre RMS e Interior por trimestre

Área geográfica	2º trimestre de 2014	1º trimestre de 2015	2º trimestre de 2015
Bahia	16.370	-7.252	-17.231
RMS	2.627	-7.264	-19.785
Interior	13.743	12	2.554

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).
Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2015.

O saldo negativo de 17.231 empregos formais, gerado no segundo trimestre deste ano, foi oriundo de 177.479 admissões e de 194.710 desligamentos. Conforme Tabela 3, no que se refere ao tipo de movimentação dos vínculos, as modalidades predominantes, Admissão por Reemprego e Desligamento por Demissão sem Justa Causa, recuaram 13,6% e 5,3% do primeiro para o segundo trimestre, respectivamente.

No campo das admissões, o reemprego é a forma de contratação mais comum no mercado de trabalho formal baiano, correspondendo a 80,3% das formas de admissão no trimestre encerrado em junho – percentual próximo ao do trimestre anterior, de 82,9%. Os admitidos via primeiro emprego e os contratados por prazo determinado responderam por 10,8% e 8,8%, respectivamente, das modalidades com alguma relevância.

No que diz respeito aos desligamentos, a demissão sem justa causa foi responsável por 70,3% dos motivos no trimestre de abril a junho – muito rente aos 70,1% do primeiro trimestre do ano. As demais modalidades com alguma significância foram os desligamentos por término de contrato e os desligamentos a pedido, os quais representaram 12,9% e 12,7% das formas ocorridas de desligamento.

No mercado de trabalho formal baiano, na comparação com o primeiro trimestre, os desligamentos por aposentadoria e os desligamentos a pedido destacaram-se, respectivamente, pela redução de 36,8% e 19,4%. No mesmo período, admissões por contrato de trabalho por prazo determinado e os termos de contrato por prazo determinado se distinguem pela ampliação em 31,4% e 29,8%, respectivamente.

Tabela 3

Comparativo trimestral dos saldos do mercado de trabalho celetista, por tipo de movimentação – Bahia

Tipo mov. desagregado	1º trimestre 2015	2º trimestre 2015	Variação
Admissão por Reemprego	165.006	142.599	-13,6%
Admissão por Primeiro Emprego	22.069	19.187	-13,1%
Contrato Trabalho Prazo Determinado	11.845	15.559	31,4%
Admissão por Reintegração	118	134	13,6%
Admissão por Transferência	0	0	-
Desligamento por Transferência	0	0	-
Desligamento por Aposentadoria	-193	-122	-36,8%
Desligamento por Morte	-519	-475	-8,5%
Desligamento por Demissão com Justa Causa	-1.990	-1.725	-13,3%
Término Contrato Trabalho Prazo Determinado	-4.393	-5.700	29,8%
Desligamento a Pedido	-30.766	-24.784	-19,4%
Desligamento por Término de Contrato	-23.916	-25.079	4,9%
Desligamento por Demissão sem Justa Causa	-144.513	-136.825	-5,3%
Total	-7.252	-17.231	-

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2015.

Excetuando o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

No segundo trimestre de 2015, o salário real médio de admissão, na Bahia, atingiu o valor de R\$ 1.124 – diferença de R\$ 146 em relação ao do país, que foi de R\$ 1.270 no mesmo intervalo. Num comparativo com o primeiro trimestre, quando alcançou R\$ 1.135, houve diminuição real de 1,0%. Na comparação interanual, também, verifica-se redução, já que, à época, o mesmo ficou em R\$ 1.136 – recuo, portanto, de 1,1%. Assim, além da queda do emprego formal, nota-se, também, perda salarial no período. A evolução trimestral deste indicador pode ser acompanhada no Gráfico 3.

A remuneração média dos trabalhadores admitidos vem se revelando inferior à dos desligados, comportamento bastante associado ao momento econômico. A redução na capacidade de geração de empregos com carteira assinada, apurada até agora, na Bahia, parece afetar o comportamento do salário médio de admissão e de desligamento no estado.

A diferença entre o salário real médio de desligados e admitidos, no segundo trimestre, manteve-se praticamente estável em relação à dos trimestres da base de comparação – os ganhos salariais reais médios dos desligados e dos admitidos caíram em ritmo semelhante. Enquanto no segundo trimestre de 2015, o trabalhador admitido recebeu, em média, 89,7% do recebido pelo trabalhador desligado, no trimestre precedente e no segundo de 2014 esse percentual foi de 89,2%, em ambos os períodos.

O preço de rotatividade da mão de obra, na Bahia, no segundo trimestre deste ano, portanto, não apresentou flutuação substancial em relação aos trimestres de contraponto. A persistência desse patamar, portanto, sustenta qualquer intenção futura por parte das empresas em substituir empregados visando tornar mais enxuta a folha de pagamentos e, por conseguinte, recrudescer a taxa de rotatividade.

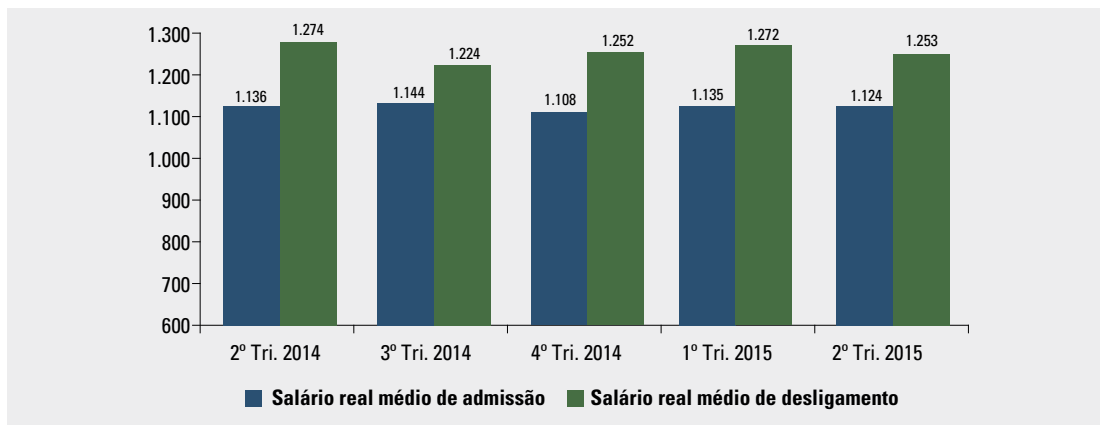


Gráfico 3

Salário real médio de admissão e de desligamento – Bahia – 2º tri. 2014-2º tri. 2015

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2015.

Dados deflacionados em relação a junho deste ano pelo IPCA.

MERCADO DE TRABALHO NA RMS SEGUNDO PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

No segundo trimestre de 2015, a taxa de desemprego total da Região Metropolitana de Salvador (RMS) cresceu, ao passar dos 17,3% da População Economicamente Ativa (PEA), no primeiro trimestre do ano, para os atuais 18,0%. Apesar do aumento, a taxa se manteve em nível ligeiramente inferior ao calculado para o mesmo trimestre do ano anterior (18,2%) ¹ (Gráfico 4 e Tabela 1A, em apêndice).

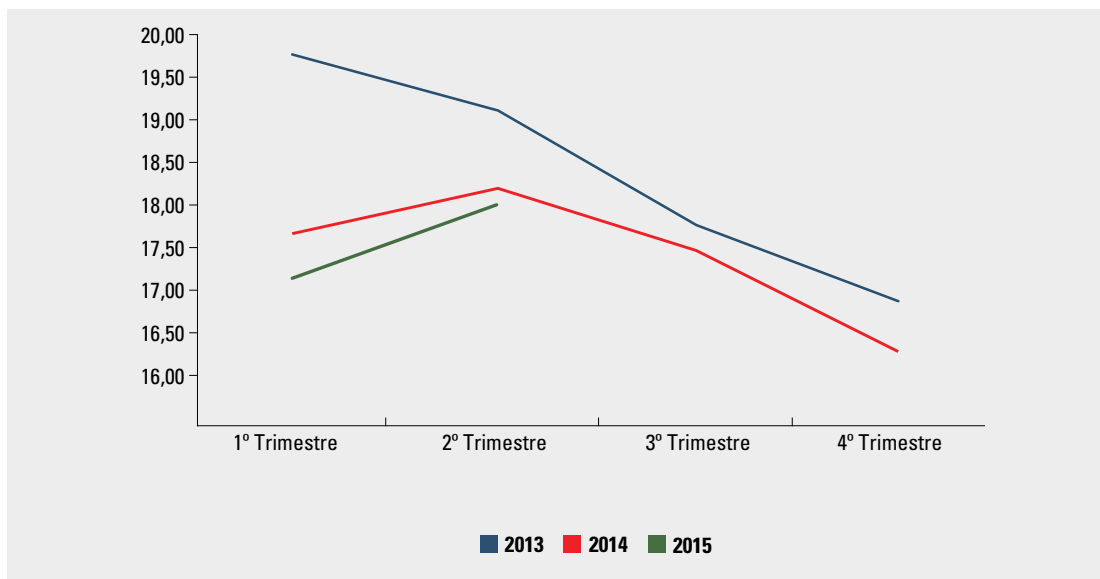


Gráfico 4

Taxas trimestrais de desemprego total e de participação na RMS – 2013 a 2015

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

¹ A taxa de desemprego total é uma média móvel, calculada com base em três painéis, envolvendo a coleta dos últimos três meses. Outros indicadores da PED-RMS seguem a mesma metodologia.

O crescimento da taxa de desocupação no trimestre adveio, em primeiro lugar, do fechamento de 27 mil posições de trabalho, concomitante com a saída de 17 mil trabalhadores do mercado de trabalho, juntamente com o adiamento do ingresso de outros. A diminuição da ocupação (-1,8%) e o decréscimo de pessoas na PEA (-0,9%) foram suficientes para acrescer o contingente de desempregados em 10 mil indivíduos, elevando-o a 329 mil pessoas (Gráfico 5 e Tabela 1A, em apêndice).

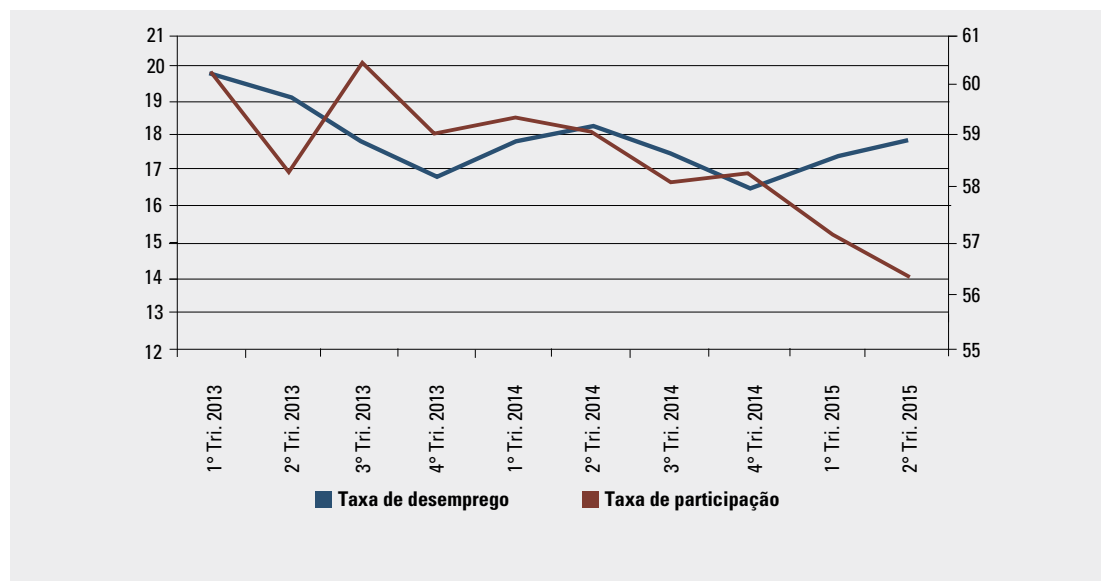


Gráfico 5
Taxas trimestrais de desemprego total e de participação na RMS – 1º tri. 2013-2º tri. 2015

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

A evolução da taxa de participação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior permite uma análise em que as influências dos fatores sazonais ficam amenizadas. Nesse sentido, pode-se dizer que, entre o segundo trimestre de 2015 e o do ano anterior, o desaquecimento do mercado de trabalho atingiu mais intensamente as mulheres (a taxa de participação feminina reduziu -5,6%) que aos homens (-3,7%); aos negros (-4,9%) que aos não-negros (-0,9%); as pessoas com pouca instrução (-10,9% para aquelas com o primeiro grau incompleto) que as com formação superior completa (-4,2%); e aos mais velhos (os com 60 anos de idade ou mais, -23% e os com 40 a 49 anos, -6,0%) em relação aos jovens (-4,0% e -2,8% daqueles com 25 a 39 anos e com 16 a 24 anos, respectivamente) (Tabela 2A, em apêndice).

Entre os principais setores de atividade econômica analisados, houve redução no contingente de trabalhadores entre o primeiro e o segundo trimestre na *Construção* (menos 9 mil postos ou -6,9%), na *Indústria de transformação* (menos 8 mil ou -5,8%) e nos *Serviços* (menos 26 mil ou -2,7%) e acréscimo no *Comércio* (mais 12 mil ou 4,2%) (Tabela 3A, em apêndice).

Em relação ao segundo trimestre de 2014, houve perda de 40 mil postos de trabalho. O impacto foi mais intenso no setor de *Construção* (menos 34 mil postos ou -21,9%), mas também atingiu a *Indústria de transformação* (menos 5 mil ou -3,7%) e o setor de *Comércio* (menos 2 mil ou -0,7%). A rigor, em 12 meses, apenas o setor de *Serviços* ampliou o número de trabalhadores ocupados, com o acréscimo de 8 mil pessoas ou 0,9% no número de trabalhadores.

Quanto ao vínculo ou relação de trabalho, entre o primeiro trimestre e o segundo de 2015 houve forte redução no número de trabalhadores *assalariados* (menos 40 mil ou -3,7%) e *autônomos*

(menos 10 mil pessoas ou -3,6%) e crescimento no *empregado doméstico* (mais 4 mil ou 3,5%). Entre os *assalariados*, a perda de posições de trabalho foi mais intensa no setor privado (menos 36 mil ou -3,9%) que no setor público (menos 5 mil ou -3,3%) e, no setor privado, as perdas foram relativamente maiores entre os empregados sem carteira de trabalho assinada (-10,8% ou menos 11 mil empregos) que entre os com carteira assinada (-3,1% ou menos 25 mil) (Tabela 4A, em apêndice).

Ainda em relação à posição na ocupação, nos últimos 12 meses houve redução no contingente de trabalhadores *autônomos* (menos 14 mil postos ou -5,0%), *assalariados* (menos 38 mil ou -3,6%) e *empregados domésticos* (menos 1 mil ou -0,8%). A redução entre os *assalariados* foi devido à perda de postos de trabalho no setor privado (menos 39 mil ou -4,3%), já que o número de trabalhadores no setor público ficou inalterado. O fechamento de postos de trabalho no setor privado atingiu fortemente as posições mais precárias, representadas pelo trabalho assalariado sem carteira de trabalho assinada, cuja perda foi de 21 mil postos ou 18,8% dos existentes até então. Já o desaparecimento de 18 mil postos com carteira de trabalho, assinada pelo empregador, representa perda de 2,2% desse tipo de emprego.

Embora os dados disponíveis pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS sobre rendimentos do trabalho não abranjam todos os meses do segundo trimestre de 2015², os valores encontrados para os dois primeiros meses desse trimestre indicam claramente uma redução do valor real dos rendimentos médios do trabalho. O rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados diminuiu tanto em relação aos valores obtidos no primeiro trimestre do ano (-1,3% e -2,1%, respectivamente) quanto em relação ao mês de maio de 2014 (-1,8% e -4,3%, respectivamente) (Tabela 5A).

Em maio, a massa de rendimento real também sofreu redução face ao primeiro trimestre tanto para os ocupados (-3,1%) quanto para os assalariados (-5,5%). No primeiro caso, o nível de ocupação (-1,6%) e o rendimento médio real (-1,3%) contribuíram de forma semelhante para o decréscimo da massa de rendimento, já entre assalariados, a queda no nível de emprego (-3,4%) teve responsabilidade maior que a do salário médio (-2,1%).

A diminuição da massa de rendimentos do trabalho foi ainda mais elevada no comparativo com maio de 2014: para o conjunto dos ocupados, as perdas foram de 4,9% e para os assalariados, de 7,1%. A redução da massa de rendimentos dos ocupados originou-se, principalmente, da queda do nível de ocupação (-3,1%), mas também sofreu impacto da queda do rendimento real médio (-1,8%). Entre assalariados, a forte queda da massa de rendimentos adveio, em primeiro lugar, da redução dos salários (-4,3%) e, em segundo lugar, do nível de emprego (-3,0%).

² A razão para a defasagem das informações sobre rendimento nas pesquisas que adotam a metodologia da PED deve-se ao fato dos entrevistados serem inquiridos sobre os rendimentos obtidos no mês anterior. Trata-se, portanto, do rendimento de fato recebido e não do rendimento esperado para o mês da entrevista.

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Expectativa dos empresários baianos para o emprego

A Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano, realizada mensalmente com representantes dos setores produtivos da Bahia, sonda as expectativas empresariais a respeito de diversos temas, dentre os quais o nível esperado de contratação nos setores participantes. Construído a partir das respostas dos empresários baianos quanto aos planos em contratar, manter ou encerrar contratos, o Indicador de Expectativas para Emprego (IEE) tem sido negativo desde dezembro de 2013 (Gráfico 6).

Atingindo patamares cada vez mais pessimistas, esse Indicador revelou, em junho último, seu valor mais baixo, marcando -450 pontos – evidenciando uma expectativa considerável de reduções de postos de trabalho para o intervalo vindouro de um ano. A propósito, os meses de abril (-383 pontos), maio (-383 pontos) e junho (-450 pontos) confinam os piores valores para o IEE desde o início da referida pesquisa.

Entre os setores, o de Serviços e Comércio apresentou o menor Indicador, em junho, sinalizando grau considerável de pessimismo – entretanto, no ano, foi a primeira vez que o cenário projetado por este setor, no quesito emprego, se tornou o mais pessimista, já que, de janeiro a maio, a Indústria apresentava a pior expectativa. No mês de encerramento do segundo trimestre de 2015, os setores de Agropecuária e de Indústria, também, revelaram nível considerável de pessimismo quanto ao quesito emprego – no entanto, ambos, diferentemente de Serviços e Comércio, atenuaram o pessimismo em relação ao mês anterior.

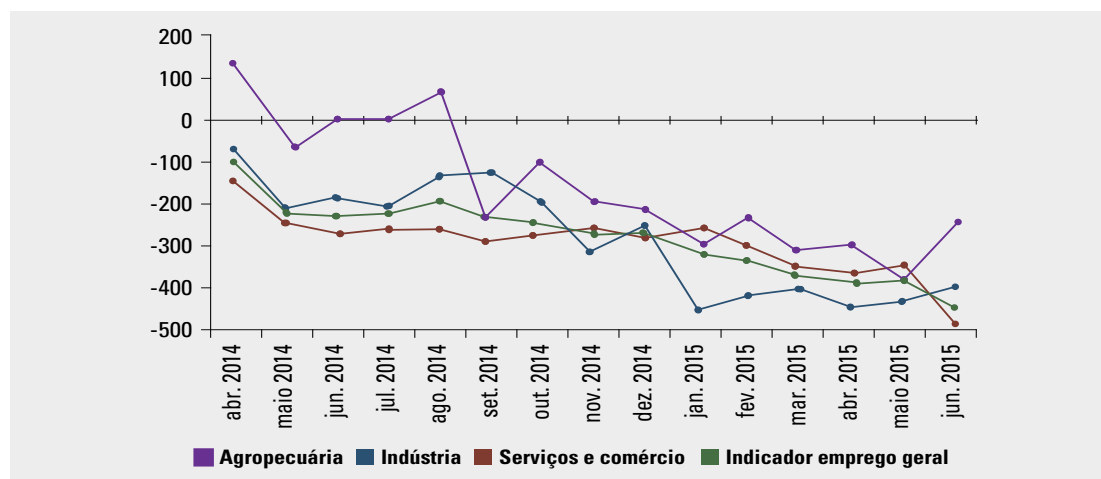


Gráfico 6
Evolução do Indicador de Expectativas para Emprego na Bahia por setor de atividade – Abr. 2014-jun. 2015

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2015

Analisando-se o nível esperado de contratação para os 12 meses seguintes, observado no segundo trimestre deste ano, 66,3% dos entrevistados afirmaram que pretendem promover o desligamento de empregados; 31,4% dos empresários planejam manter a quantidade atual de trabalhadores; e apenas 2,3% cogitaram a possibilidade de contratar.

Conforme se pode acompanhar pelo Gráfico 7, o crescimento da disposição, por parte do setor produtivo baiano, em reduzir seu quadro de funcionários no futuro, é notório – o percentual de respostas, por trimestre, com pretensão em desligar funcionários, saltou de 39,0%, no segundo trimestre do ano anterior, para 66,3%, no segundo trimestre de 2015. Em paralelo, o fito em admitir ou em manter trabalhadores vem perdendo expressividade.

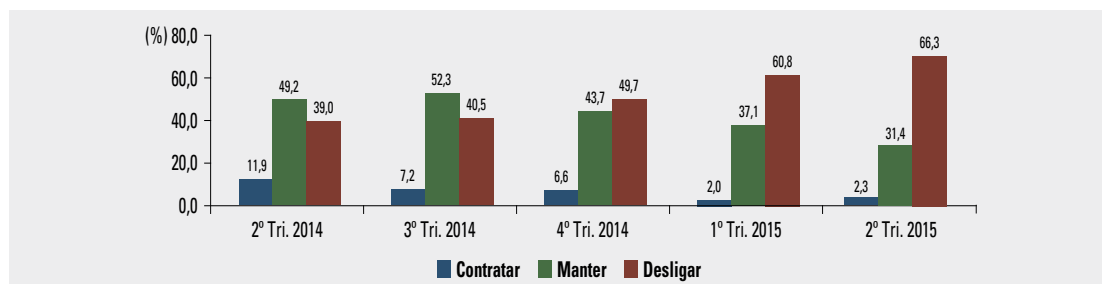


Gráfico 7
Percentual de respostas quanto ao quesito emprego por trimestre – 2º tri. 2014-2º tri. 2015

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2015

Projeção do emprego formal

Sem considerar as declarações fora do prazo, a projeção realizada pela SEI aponta corte de 21.367 postos de trabalho formais no terceiro trimestre de 2015³. Se confirmada tal expectativa, o número de empregos com carteira assinada, na Bahia, no próximo trimestre, ficará num patamar inferior ao registrado em qualquer terceiro trimestre dos últimos nove anos – mais precisamente, será a primeira ocorrência de saldo negativo de postos de trabalho, num terceiro trimestre, desde 2006. Até agora, o pior terceiro trimestre, em termos de saldo, havia sido o de 2014, quando foram gerados 13.233 postos de trabalho.

³ A projeção feita pela SEI, quando do momento de seus cálculos, carece de informações econômicas mais recentes. Os indicadores utilizados na atual projeção, por exemplo, referem-se ao mês de maio deste ano.

A geração líquida de empregos celetistas, esperada para o terceiro trimestre do ano (-21.367 postos de trabalho), está sendo influenciada, principalmente, pelo comportamento dos setores de Construção Civil (-12.982 postos), de Serviços (-5.133 postos) e de Agropecuária (-1.914 postos). Somente três setores revelaram saldos projetados positivos: Administração Pública, com 236 novos empregos com carteira assinada; Serviços Industriais de Utilidade Pública, com expectativa de 179 novos postos; e Extrativa Mineral, onde são aguardados 103 novos vínculos formais. As demais projeções podem ser visualizadas na tabela abaixo.

Tabela 4
Projeção de empregos formais por setor de atividade econômica

Mês	Setor de atividade econômica								Total
	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	
Jul/15	-15	-302	40	-4.803	-1.285	-1.636	137	472	-7.392
Ago/15	34	-164	-14	-4.350	-140	-1.663	70	-1.124	-7.351
Set/15	84	-515	153	-3.829	550	-1.834	29	-1.262	-6.624
Total	103	-981	179	-12.982	-875	-5.133	236	-1.914	-21.367

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2015.

A projeção feita pela SEI, com supressão de 21.367 vínculos formais no terceiro trimestre do ano, juntamente com o cenário captado pela Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano, com piora dos indicadores, além dos últimos resultados constantes do Caged, reforçam a expectativa de agravamento do mercado de trabalho formal na Bahia para os próximos meses – alimentando os indícios de que o mercado de trabalho formal baiano, em 2015, apresentará desempenho inferior ao dos últimos anos.

Tabela 1A
Estimativas da População Total e Economicamente Ativa e dos Inativos Maiores de 10 Anos, Taxas Globais de Participação e de Desemprego Total
Região Metropolitana de Salvador – 1º tri. 2010-2º tri. 2015

Trimestres	População economicamente ativa						Inativos maiores de 10 anos			Taxas (%)		População Total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados		Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (pea/pia)	Desemprego total (des/pea)	
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)						
1º tri. 2010	1.722	115,0	1.379	125,5	343	86,2		1.226	128,0	58,4	19,9	3.424
2º tri. 2010	1.724	115,2	1.436	130,7	288	72,4		1.238	129,2	58,2	16,7	3.436
3º tri. 2010	1.728	115,4	1.448	131,8	280	70,4		1.246	130,1	58,1	16,2	3.447
4º tri. 2010	1.745	116,6	1.504	136,9	241	60,6		1.243	129,7	58,4	13,8	3.459
1º tri. 2011	1.687	112,7	1.422	129,4	265	66,6		1.315	137,3	56,2	15,7	3.470
2º tri. 2011	1.683	112,4	1.422	129,4	261	65,6		1.333	139,1	55,8	15,5	3.482
3º tri. 2011	1.727	115,4	1.454	132,3	273	68,6		1.302	135,9	57,0	15,8	3.494
4º tri. 2011	1.722	115,0	1.479	134,6	243	61,1		1.320	137,8	56,6	14,1	3.505
1º tri. 2012	1.788	119,4	1.479	134,6	309	77,6		1.268	132,4	58,5	17,3	3.517
2º tri. 2012	1.824	121,8	1.498	136,3	326	81,9		1.247	130,2	59,4	17,9	3.529
3º tri. 2012	1.884	125,9	1.526	138,9	358	89,9		1.200	125,3	61,1	19,0	3.541
4º tri. 2012	1.865	124,6	1.555	141,5	310	77,9		1.233	128,7	60,2	16,6	3.553
1º tri. 2013	1.873	125,1	1.504	136,9	369	92,7		1.239	129,3	60,2	19,7	3.565
2º tri. 2013	1.822	121,7	1.474	134,1	348	87,4		1.304	136,1	58,3	19,1	3.577
3º tri. 2013	1.893	126,5	1.556	141,6	337	84,7		1.247	130,2	60,3	17,8	3.589
4º tri. 2013	1.864	124,5	1.549	140,9	315	79,1		1.290	134,7	59,1	16,9	3.601
1º tri. 2014	1.882	125,7	1.549	140,9	333	83,7		1.286	134,2	59,4	17,7	3.613
2º tri. 2014	1.881	125,7	1.539	140,0	342	85,9		1.302	135,9	59,1	18,2	3.625
3º tri. 2014	1.857	124,0	1.532	139,4	325	81,7		1.340	139,9	58,1	17,5	3.637
4º tri. 2014	1.869	124,8	1.564	142,3	305	76,6		1.342	140,1	58,2	16,3	3.649
1º tri. 2015	1.845	123,2	1.526	138,9	319	80,2		1.381	144,2	57,2	17,3	3.662
2º tri. 2015	1.828	122,1	1.499	136,4	329	82,7		1.413	147,5	56,4	18,0	3.674
Variação(%) 2º tri. 2015/ 1º tri. 2015		-0,9		-1,8		3,1			2,3	-1,4	4,0	
Variação (%) 2º tri. 2015/ 2º tri. 2014		-2,8		-2,6		-3,8			8,5	-4,6	-1,1	

Fonte: PEDRIMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 2A

Taxas de Participação, por Atributos Pessoais – 1º tri. 2010-2º tri. 2015

Taxa de Participação																			
Trimestres	Sexo		Idade						Posição no Domicílio		Raça/Cor		Grau de Instrução						
	Total	Homens	Mulheres	10 a 15 Anos	16 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 a 49 Anos	50 a 59 Anos	60 Anos e Mais	Chefes	Demais Membros	Negros	Não-Negros	Analfabetos (1)	1º Grau Incompleto	1º Grau Completo/2º Incompleto	2º Grau Completo/3º Incompleto	3º Grau Completo	
1º tri. 2010	58,4	66,8	51,4	(2)	63,7	83,3	77,1	58,8	16,4	66,9	53,5	58,6	56,6	(2)	38,0	54,8	74,4	79,9	
2º tri. 2010	58,2	66,8	51,1	(2)	58,9	83,0	76,9	60,4	16,1	68,9	52,1	58,3	57,9	(2)	37,5	54,9	72,3	84,1	
3º tri. 2010	58,1	65,9	51,7	(2)	58,2	83,6	78,0	59,9	15,0	68,1	52,3	58,4	56,2	(2)	35,5	57,6	73,4	80,6	
4º tri. 2010	58,4	67,5	51,1	(2)	60,3	83,1	77,3	59,9	18,1	67,9	53,1	59,0	55,2	23,7	37,0	55,9	73,7	82,6	
1º tri. 2011	56,2	64,2	49,5	(2)	57,4	81,9	77,0	56,9	16,4	65,7	50,7	56,4	54,6	(2)	35,2	54,1	71,8	81,3	
2º tri. 2011	55,8	65,0	48,2	(2)	55,4	80,5	77,1	58,7	15,8	66,3	49,6	56,0	53,7	21,3	34,8	54,5	72,6	80,1	
3º tri. 2011	57,0	65,5	49,9	(2)	58,5	80,7	77,6	59,0	17,4	68,8	50,1	57,1	55,8	22,9	37,3	56,0	74,0	82,8	
4º tri. 2011	56,6	65,0	49,6	(2)	56,0	81,6	75,0	59,1	18,7	68,6	49,4	56,4	58,1	21,4	36,6	55,9	73,8	82,7	
1º tri. 2012	58,5	66,6	51,5	(2)	61,4	83,0	77,4	59,2	17,0	69,9	51,8	58,6	58,1	23,0	38,8	58,1	76,1	79,0	
2º tri. 2012	59,4	67,1	52,9	(2)	61,9	84,0	77,3	59,6	17,1	69,8	53,2	59,8	55,9	23,4	39,1	60,4	76,4	82,2	
3º tri. 2012	61,1	68,6	54,7	(2)	65,8	83,9	78,9	64,4	18,0	72,9	54,1	61,1	60,8	23,8	41,0	64,7	77,2	80,3	
4º tri. 2012	60,2	68,1	53,4	(2)	61,9	84,0	78,0	63,2	19,6	71,4	53,3	60,4	57,9	21,8	40,3	58,8	76,6	82,4	
1º tri. 2013	60,2	68,2	53,7	(2)	65,5	84,1	78,1	62,2	17,3	71,1	53,4	60,4	59,0	24,4	39,3	60,2	76,3	83,7	
2º tri. 2013	58,3	66,1	51,9	(2)	62,7	83,5	77,7	62,0	15,7	68,3	52,4	58,4	58,0	(2)	36,1	58,5	76,5	81,8	
3º tri. 2013	60,3	67,5	54,2	(2)	62,8	84,4	79,2	60,6	19,3	70,6	53,8	60,5	58,6	23,7	39,1	62,1	75,7	83,1	
4º tri. 2013	59,1	67,6	52,1	(2)	61,8	83,4	77,7	63,0	17,4	68,9	53,0	59,4	55,8	23,1	37,1	61,1	75,2	80,7	
1º tri. 2014	59,4	67,7	52,3	(2)	62,2	83,3	76,5	60,7	17,7	69,8	52,6	59,6	57,1	25,8	39,3	58,3	74,4	80,3	
2º tri. 2014	59,1	67,5	52,1	(2)	60,7	83,2	78,8	60,7	18,7	69,5	52,5	59,2	57,9	24,2	38,4	56,6	73,9	81,5	
3º tri. 2014	58,1	66,0	51,6	(2)	58,0	82,5	77,4	62,5	16,8	68,4	51,3	57,9	59,7	20,7	37,4	56,2	73,4	80,1	
4º tri. 2014	58,2	66,8	51,0	(2)	59,5	82,1	77,3	60,8	17,7	68,1	51,7	58,4	56,2	22,7	37,5	59,1	72,7	79,7	
1º tri. 2015	57,2	65,5	50,1	(2)	57,9	81,1	78,0	61,3	15,6	68,0	50,0	57,1	57,6	(2)	35,4	55,6	71,7	80,3	
2º tri. 2015	56,4	65,0	49,2	(2)	59,0	79,9	74,1	60,7	14,4	65,2	50,3	56,3	57,4	(2)	34,2	53,1	71,0	78,1	
Variação(%) 2º tri. 2015/ 1º tri. 2015																			
															-3,4	-4,5	-1,0	-2,7	
Variação (%) 2º tri. 2015/ 2º tri. 2014																			
															-10,9	-6,2	-3,9	-4,2	

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAI.

(1) Incluem os que declararam sem escolaridade

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 3A

Estimativas e Índices do Nível de Ocupação, por Setor de Atividade – Região Metropolitana de Salvador – 1º tri. 2011-2º tri. 2015

Trimestres	Estimativas e índices do nível de ocupação, por setor de atividade									
	Total (1)		Indústria de transformação (2)		Construção (3)		Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)		Serviços (5)	
	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)
1º tri. 2011	1.422	98,6	128	98,5	129	97,0	262	95,3	865	100,1
2º tri. 2011	1.422	98,6	132	101,5	127	95,5	262	95,3	855	99,0
3º tri. 2011	1.454	100,8	124	95,4	134	100,8	286	104,0	874	101,2
4º tri. 2011	1.479	102,6	136	104,6	141	106,0	293	106,5	871	100,8
1º tri. 2012	1.479	102,6	123	94,6	146	109,8	282	102,5	884	102,3
2º tri. 2012	1.498	103,9	135	103,8	147	110,5	288	104,7	888	102,8
3º tri. 2012	1.526	105,8	131	100,8	134	100,8	291	105,8	926	107,2
4º tri. 2012	1.555	107,8	137	105,4	149	112,0	295	107,3	935	108,2
1º tri. 2013	1.504	104,3	123	94,6	138	103,8	308	112,0	890	103,0
2º tri. 2013	1.474	102,2	131	100,8	139	104,5	273	99,3	889	102,9
3º tri. 2013	1.556	107,9	129	99,2	146	109,8	303	110,2	935	108,2
4º tri. 2013	1.549	107,4	136	104,6	156	117,3	301	109,5	917	106,1
1º tri. 2014	1.549	107,4	124	95,4	158	118,8	308	112,0	925	107,1
2º tri. 2014	1.539	106,7	134	103,1	155	116,5	299	108,7	914	105,8
3º tri. 2014	1.532	106,2	121	93,1	150	112,8	280	101,8	945	109,4
4º tri. 2014	1.564	108,5	124	95,4	152	114,3	311	113,1	945	109,4
1º tri. 2015	1.526	105,8	137	105,4	130	97,7	285	103,6	948	109,7
2º tri. 2015	1.499	104,0	129	99,2	121	91,0	297	108,0	922	106,7
Variação(%)										
2º tri. 2015/1º tri. 2015	-1,8		-5,8		-6,9		4,2		-2,7	
Variação(%)										
2º tri. 2015/1º tri. 2014	-2,6		-3,7		-21,9		-0,7		0,9	

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Serre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(2) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(6) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Base: média de 2011 = 100.

Nota: A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010. Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 4A

Estimativas e índices do nível de ocupação, por posição na ocupação – 1º tri. 2010-2º tri. 2015

Trimestres	Total (1)	Assalariados (2)										Autônomos				Empregados domésticos	
		Total		Setor privado						Setor público (3)							
				Total		Com carteira assinada		Sem carteira assinada		Números absolutos (4)		Índices (5)					
						Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)					Números absolutos (4)	Índices (5)		
1º tri. 2010	1.379	125,5	923	140,5	740	148,9	610	167,6	130	97,7	183	114,4	284	115,0	101	87,8	
2º tri. 2010	1.436	130,7	965	146,9	764	153,7	648	178,0	116	87,2	201	125,6	279	113,0	108	93,9	
3º tri. 2010	1.448	131,8	972	147,9	760	152,9	630	173,1	130	97,7	210	131,3	294	119,0	109	94,8	
4º tri. 2010	1.504	136,9	1.009	153,6	800	161,0	669	183,8	131	98,5	208	130,0	314	127,1	104	90,4	
1º tri. 2011	1.422	129,4	947	144,1	762	153,3	644	176,9	118	88,7	183	114,4	299	121,1	112	97,4	
2º tri. 2011	1.422	129,4	974	148,2	799	160,8	685	188,2	114	85,7	173	108,1	282	114,2	112	97,4	
3º tri. 2011	1.454	132,3	960	146,1	795	160,0	680	186,8	115	86,5	164	102,5	314	127,1	124	107,8	
4º tri. 2011	1.479	134,6	979	149,0	828	166,6	707	194,2	121	91,0	151	94,4	308	124,7	127	110,4	
1º tri. 2012	1.479	134,6	991	150,8	834	167,8	711	195,3	123	92,5	154	96,3	305	123,5	129	112,2	
2º tri. 2012	1.498	136,3	1.014	154,3	870	175,1	750	206,0	120	90,2	142	88,8	304	123,1	127	110,4	
3º tri. 2012	1.526	138,9	1.016	154,6	862	173,4	732	201,1	130	97,7	154	96,3	325	131,6	125	108,7	
4º tri. 2012	1.555	141,5	1.064	161,9	900	181,1	774	212,6	126	94,7	165	103,1	306	123,9	123	107,0	
1º tri. 2013	1.504	136,9	1.023	155,7	880	177,1	761	209,1	119	89,5	141	88,1	298	120,6	123	107,0	
2º tri. 2013	1.474	134,1	996	151,6	859	172,8	746	204,9	113	85,0	137	85,6	307	124,3	124	107,8	
3º tri. 2013	1.556	141,6	1.046	159,2	896	180,3	767	210,7	129	97,0	148	92,5	322	130,4	123	107,0	
4º tri. 2013	1.549	140,9	1.061	161,5	907	182,5	795	218,4	112	84,2	155	96,9	296	119,8	124	107,8	
1º tri. 2014	1.549	140,9	1.063	161,8	923	185,7	793	217,9	130	97,7	141	88,1	290	117,4	129	112,2	
2º tri. 2014	1.539	140,0	1.065	162,1	917	184,5	805	221,2	112	84,2	148	92,5	282	114,2	119	103,5	
3º tri. 2014	1.532	139,4	1.040	158,3	887	178,5	778	213,7	109	82,0	152	95,0	296	119,8	132	114,8	
4º tri. 2014	1.564	142,3	1.074	163,5	929	186,9	816	224,2	113	85,0	145	90,6	296	119,8	127	110,4	
1º tri. 2015	1.526	138,9	1.067	162,4	914	183,9	812	223,1	102	76,7	153	95,6	278	112,6	114	99,1	
2º tri. 2015	1.499	136,4	1.027	156,3	878	176,7	787	216,2	91	68,4	148	92,5	268	108,5	118	102,6	
Variação(%)																	
2º tri. 2015/ 1º tri. 2015	-1,8	-3,7	-3,9	-3,1	-10,8	-3,3	-3,6	-3,6	-3,6	-3,6	-3,6	-3,6	-3,6	-3,6	-3,5	-3,5	
Variação (%)																	
2º tri. 2015/ 2º tri. 2014	-2,6	-3,6	-4,3	-2,2	-18,8	0,0	-5,0	-5,0	-5,0	-5,0	-5,0	-5,0	-5,0	-5,0	-0,8	-0,8	

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) Incluem empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

(2) Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

(4) Em 1000 pessoas.

(5) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 5A

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal – 1º tri. 2010- maio 2015

Trimestres	Rendimento Médio Real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor Absoluto (3)	Índice (4)	Valor Absoluto (3)	Índice (4)	Valor Absoluto (3)	Índice (4)
1º tri. 2010	1.424	109,6	1.555	108,1	1.013	115,2
2º tri. 2010	1.437	110,5	1.548	107,6	999	113,5
3º tri. 2010	1.443	111,0	1.560	108,5	990	112,5
4º tri. 2010	1.430	110,0	1.555	108,1	1.015	115,3
1º tri. 2011	1.328	102,1	1.451	100,9	959	109,0
2º tri. 2011	1.340	103,0	1.472	102,3	990	112,5
3º tri. 2011	1.255	96,5	1.387	96,5	924	105,0
4º tri. 2011	1.269	97,6	1.416	98,5	923	104,9
1º tri. 2012	1.258	96,7	1.382	96,1	901	102,4
2º tri. 2012	1.241	95,4	1.355	94,2	969	110,1
3º tri. 2012	1.259	96,8	1.376	95,7	945	107,4
4º tri. 2012	1.274	98,0	1.390	96,6	945	107,4
1º tri. 2013	1.253	96,4	1.370	95,3	913	103,8
2º tri. 2013	1.294	99,5	1.421	98,8	1.018	115,7
3º tri. 2013	1.285	98,8	1.399	97,3	1.010	114,8
4º tri. 2013	1.348	103,7	1.435	99,8	1.082	123,0
1º tri. 2014	1.301	100,1	1.396	97,1	1.008	114,6
2º tri. 2014	1.318	101,4	1.428	99,3	991	112,6
3º tri. 2014	1.321	101,6	1.422	98,8	1.043	118,5
4º tri. 2014	1.349	103,8	1.445	100,5	1.081	122,8
1º tri. 2015	1.314	101,0	1.386	96,4	1.040	118,1
Abril	1.312	101,0	1.384	96,2	1.016	115,4
Maio	1.296	99,7	1.357	94,4	1.036	117,8
Variação Mensal(%) Mai-2015/ 1º tri. 2015	-	-1,3	-	-2,1	-	-0,3
Variação Anual(%) Mai-2015/ Mai-2014	-	-1,8	-	-4,3	-	4,8

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de maio de 2015.

(4) Base: média de 2000 = 100.

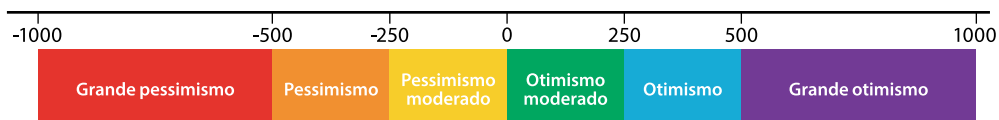
NOTAS METODOLÓGICAS

Pesquisa de confiança do empresariado baiano

Realizada diretamente com federações, associações e sindicatos patronais representativos dos segmentos empresariais do Estado, a Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano é realizada mensalmente pela SEI e capta as expectativas dos empresários em relação à macroeconomia e ao desempenho das empresas dos seus setores. As questões versam sobre o grau de otimismo em relação a temas específicos e cada pergunta apresenta cinco possibilidades de resposta, as quais apontam possíveis cenários futuros. A amostragem da pesquisa é não-probabilística intencional e conta, atualmente, com mais de 90 entidades representativas dos setores serviços, comércio, indústria e agropecuária.

Para o cálculo do indicador é necessário mensurar as respostas qualitativas do questionário. Atribui-se o valor 1.000 para a resposta mais otimista; 500 para resposta confiante; 0 para a intermediária; -500 para a não confiante; e -1.000 para a mais pessimista. Desta maneira, é possível calcular o indicador por questão e por setor, sendo o Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB) igual a média dos indicadores de confiança setoriais ponderados pelo valor adicionado dos setores no PIB. O resultado é classificado de acordo com sua posição na escala de grau de otimismo mostrada abaixo:

Escala do ICEB



Projeções do mercado de trabalho formal

As projeções do mercado de trabalho formal utilizam-se da metodologia de séries temporais. Uma série temporal é um conjunto de observações ordenadas em um período de tempo ou espaço. Essas observações apresentam dependência e a partir da análise de séries temporais é possível analisar e modelar essa dependência. O estudo de série temporal requer técnicas específicas, essas técnicas levam em consideração a presença de tendência e variação sazonal.

Análise de séries temporais aplicadas a dados de mercado de trabalho é de grande interesse, pois é possível observar o que está acontecendo na economia e quais as perspectivas para o cenário econômico futuro. Para essa análise são utilizados dados mensais do número de admitidos e desligados por setor de atividade econômica. A base de dados utilizada é o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Para fazer as previsões mensais do Caged são utilizados o algoritmo de alisamento exponencial de Holt-Winters, e a metodologia de Box-Jenkins com os modelos sazonais auto regressivos integrados de médias móveis (SARIMA) e sua extensão (SARIMAX). Com o modelo SARIMAX utilizado foi possível incluir variáveis explicativas.

